



AUTOR(ES): MARILEE PATTA e REGINALDO MORAIS DE MACEDO.

FREQUENCIA DOS GASTOS AMBIENTAIS NAS SUBFUNÇÕES DAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS BRASILEIRAS, DE 2004 A 2020

Introdução: Informações sobre a proteção ao meio ambiente são geradas em muitos países para auxiliar o processo de tomada de decisão relacionado às políticas públicas. Nos gastos ambientais, a quantificação enfrenta desafios em reunir e analisar as despesas públicas e privadas. Tridapalli *et al* (2011) entendem que gastos ambientais são inerentes às funções constitucionais do Estado relacionadas à preservação do meio ambiente, conservação, controle e recuperação ambiental e à garantia de direitos ambientais. No Brasil, os gastos ambientais são contabilizados em subfunções, podendo ser analisados em escalas como país, regiões, estado, regiões intermediárias e imediatas, e municípios. O IBGE (2017) dividiu o território brasileiro em Regiões Intermediárias que se localizam entre as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas, definindo um polo de hierarquia superior a partir dos fluxos de gestão privado e público, e das funções urbanas que relacionam as despesas orçamentárias aos gastos com gestão ambiental e suas subfunções. Preocupados com o meio ambiente, fez-se estudo da frequência dos gastos ambientais das subfunções, nas regiões intermediárias brasileiras, de 2004 a 2020. **Método:** A pesquisa é quantitativa e descritiva, cujos dados foram disponibilizados pelo software Macedo DBHiper: Gastos Públicos e Indicadores de Eficácia e Eficiência em Áreas Sociais – Versão 2.3.02-25, atualizados pela inflação do período (IPC-A), a partir da compilação dos dados públicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Utilizou-se Estatística Descritiva e mapearam-se os gastos totais das regiões intermediárias com uso do ArcGiz. **Resultados:** Os gastos ambientais totais nas 132 Regiões intermediárias do Brasil, no período de 2004 a 2020, foram de R\$81.007.213.752,85, sendo a média anual de R\$4.765.130.220,77. Nas regiões intermediárias do Sul apuraram-se maiores gastos (R\$295.371.008) (Fig. 1 e 2). A subfunção "Preservação Ambiental" apresenta maiores gastos (~50%), sendo quase o dobro dos gastos das subfunções "Outros Gastos" (~21%) e "Controle Ambiental" (~19%). As subfunções "Gastos Administrativos" (~6%), "Recuperação de Áreas Degradadas" (~3%) e "Recursos Hídricos" (~2) tiveram gastos significativamente menores e a subfunção "Meteorologia" quase não teve gastos no período (0,03%) (Fig. 3). Quando se geram os gastos totais do período, verificam-se gastos em todas as subfunções e em todos os anos. Já, nos gastos por subfunções, há alguns anos e regiões sem gastos (Fig. 4). Na subfunção "Gastos Administrativos", de 2004 a 2015, nenhuma região intermediária registrou gastos. Em 2016, 82% das regiões registraram gastos, subindo para 91% até 2020. Na subfunção "Controle Ambiental", o percentual de regiões que registrou gastos variou de 85% a 94%, sendo que 87 registraram gastos em todos os anos. Na subfunção "Meteorologia", apesar de haver registro de gastos em todos os anos, o percentual máximo de regiões que gastaram é de 6,82%, em 2010. Não houve "Outros Gastos" em nenhuma região intermediária, de 2017 a 2020. Nos demais anos, os percentuais de regiões de 46% a ~95%. Nos 17 anos, 54 regiões (~41%) registraram gastos. Na subfunção "Preservação Ambiental" foram registrados gastos anuais nas 132 regiões, observando-se que em 6 anos, os percentuais de gastos se concentraram entre 96% a 99% de regiões e que, mais de 90% das regiões registraram gastos nos 17 anos. Com 15 anos de gastos aparecem 2 regiões, e com 16 anos, 10. Na subfunção "Recuperação de Áreas Degradadas" predominam gastos de 47% a 58% das regiões, em todos os anos e 6 regiões que não registraram gastos. O número de anos e de regiões oscilam durante o período, ressaltando-se 18 regiões que aparecem nos 17 anos. Na subfunção "Recursos Hídricos", predominam gastos entre ~50% a ~90% das regiões em todos os anos. Em 2004 aparece o maior número de regiões que gastaram com "Recursos Hídricos". Observa-se que 12 regiões não registraram gastos e que predominam, de 2 a 14 anos, um baixo número de regiões com gastos. Com gastos nos 17 anos, aparecem 31 regiões. **Discussão:** Ao longo dos 17 anos, por região e por ano, observou-se 100% de frequência nos gastos ambientais totais, diferente dos



gastos estratificados por subfunção que não registram gastos em todos anos. O aumento dos gastos ambientais totais de 2004 a 2020 leva a crer na crescente preocupação com as políticas ambientais. Na subfunção “Gastos administrativos”, nos 12 primeiros anos não foram registrados gastos e nos últimos 5 anos, poucas regiões registraram gastos, inferindo-se que muito pouco foi realizado com compra de ativos para a preservação do meio ambiente e com aplicação de penalidades por infração a legislação ambiental e danos ao meio ambiente. Na subfunção “Controle ambiental”, 87 regiões gastaram em todos os anos. Porém, entende-se que 45 regiões intermediárias não foram fiscalizadas quanto aos impactos ambientais negativos. Na subfunção “Meteorologia” poucas regiões gastaram em todos os anos, não sendo abastadas de previsões do tempo. Na subfunção “Outros Gastos”, ao contrario dos Gastos Administrativos, não se registraram gastos nos 3 ultimos anos. Nos 14 anos iniciais, é grande o percentual de regiões que não registraram gastos, cogitando-se assim, o registro de despesas em outras subfunções. Na subfunção “Preservação ambiental” foram registrados gastos em todas as regiões em 11 anos e nos demais 6 anos, em 99 regiões, preservando os componentes da natureza da interferência humana quase na totalidade das regiões intermediárias. Na subfunção de “Recuperação de áreas degradadas”, somente 8 regiões gastaram em todos os anos, além de 6 que não gastaram. Assim, em 118 regiões intermediárias não houve planejamento anual de ações para recuperação vegetal nativa, a partir de diagnóstico ambiental da área degradada. Na subfunção “Recursos hídricos”, no início do período, há um numero maior de regiões que registraram gastos, além de 12 regiões sem gastos em nenhum ano, resultando num baixo número de regiões que gastaram com Recursos Hídricos. Assim, considera-se que pouco se fez com a água proveniente da superfície ou subsuperfície da terra, visando seu uso e atendimentos às diversas atividades, sendo um bem econômico e essencial a vida.

Conclusão/Considerações finais: nas subfunções, no período de 2004 a 2020, não se deparou com valores gastos em todos os anos. Até em subfunções mais relevantes para o meio ambiente, o estudo mostra períodos sem nenhum gasto. A subfunção “Preservação Ambiental” foi a que mais apresentou gastos e a Meteorologia, menos. No entanto, a quantificação dos gastos ambientais não deve ser vista isoladamente e a diminuição dos gastos pode representar, não a falta de prioridade, mas o sucesso de medidas anteriores ou a indicação de problemas menos graves ou quase resolvidos. Por outro lado, a falta ou baixos investimentos pode agravar o meio ambiente, sendo essencial estudos aprofundados para a concretização dos gastos ambientais.

Palavras-chave: Gastos Públicos, Funções e Subfunções Orçamentárias, Municípios Brasileiros, Gestão Ambiental.

Agradecimentos:

Os autores agradecem ao Departamento de Ciências da Computação e à Unimontes.

Referências:

- BORINELLI, B. Desempenho político-administrativo das instituições ambientais na década de 1990: a experiência da fundação do meio ambiente de Santa Catarina – FATMA. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.
- BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Manual Técnico do Orçamento – MTO 2017.** Brasília, 2017.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. El gasto en protección ambiental en América Latina y el Caribe: bases conceptuales y experiencia regional. Santiago, Chile: Cepal, nov. 2014.
- _____. Guía metodológica: medición del gasto en protección ambiental del gobierno general. Santiago, Chile: Cepal; Inegi, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias.** 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600> em: Mar. 2024.
- IPEA. Gastos ambientais no brasil: proposta metodológica para aplicação no orçamento federal. Rio de Janeiro. Dezembro de 2017. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8201/1/TD_2354.pdf. Acessado em Maio de 2022.
- TRIDAPALLI, Juarez Paulo; BORINELLI, Benilson; CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza; CASTRO, Cristiane de. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. enanpad, 2010.

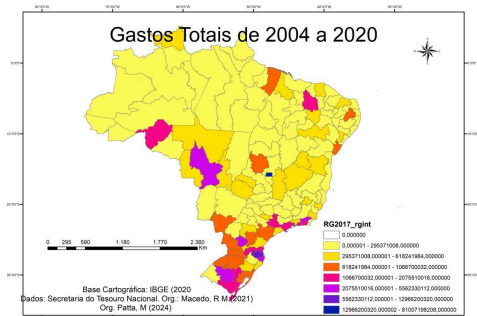


Figura 1. Gastos de 2004 a 2020 nas regiões intermediárias brasileiras

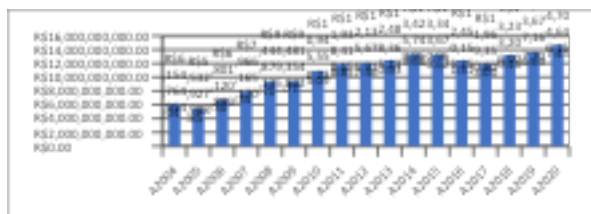


Figura 2. Evolução dos Gastos Totais de 2004 a 2020 no Brasil



Figura 3. Gastos de 2004 a 2020 nas regiões intermediárias brasileiras

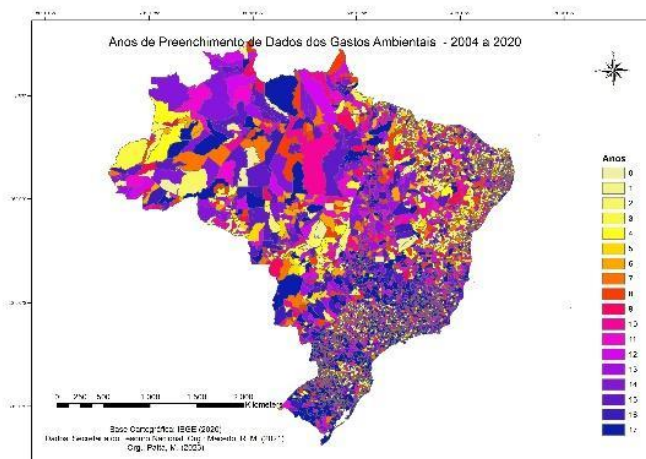




Figura 4. Anos de Preenchimentos dos Gastos totais de 2004 a 2020 nas regiões intermediárias brasileiras